

MEIO AMBIENTE Um dos pontos mais criticados é a anistia para os que desmataram ilegalmente até 2008

M. Germano/JP



Engenheira florestal Claudia Caliarri fala a participantes de manifestação contra mudanças no código, realizada em frente à Câmara

Código Florestal ainda gera impasse

PAOLA RIBEIRO
 paola@npjornal.com.br

Previsto para ser votado neste mês, o novo Código Florestal Brasileiro continua gerando polêmica entre ambientalistas e ruralistas. Em março, estudantes da Esalq (Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz) participaram de uma manifestação contra as mudanças do código em frente à Câmara de Vereadores de Piracicaba. O movimento faz parte de ação do Comitê Brasil em Defesa das Florestas e do Desenvolvimento Sustentável, realizada em todo o país.

Engenheira florestal e membro do comitê, Claudia Caliarri, 26, afirmou que um dos pontos propostos mais criticados no novo documento é a anistia para os que desmataram ilegalmente. “Quem fez qualquer tipo de ocupação até 22 de julho de 2008 não

precisará recompor a mata que já tiver sido degradada, além de poder continuar fazendo o uso dessa terra”, disse ela.

De acordo com a legislação nacional em vigor, 83 milhões de hectares de áreas de preservação estão ocupadas irregularmente. “Estima-se que, em razão de seu uso inadequado, existam hoje no Brasil 61 milhões de hectares de terras degradadas que poderiam ser recuperadas e usadas na produção de alimentos”, afirmou a engenheira. Dos cerca de 5,5 milhões de quilômetros quadrados com uso potencial para os mais diversos tipos de cultivos e níveis de adoção de tecnologias agrícolas, 76% apresentam alguma fragilidade decorrente de limitações nos solos.

Outra alteração está relacionada à definição de APP (Área de Preservação Permanente), do nível mais alto do curso (Código atual vigente) para a borda do lei-

to menor como é proposto no texto substitutivo. Segundo a engenheira, isso representa uma perda de proteção para o ambiente de até 60%, no caso da Amazônia. “A redução da faixa ripária (vegetação nas margens de rios e mananciais) de 30 metros para 15 metros nos rios até cinco metros de largura, que compõem mais de 50% da rede de drenagem em extensão, resultaria numa diminuição de 31% na área protegida pelas APPs ripárias”, disse.

PRODUTIVIDADE — Ela argumenta ainda que é possível aumentar a produtividade sem desmatar. “A pecuária, que ocupa aproximadamente 80% de toda terra agricultável no Brasil, apresenta uma das menores produtividades comparada a de outros países, de um boi por hectare. Com um aumento mínimo de tecnologia das pastagens é possível garantir uma maior produção

que eles estão querendo, sem mexer nos serviços ambientais prestados pelas florestas.”

Dados do Censo Agropecuário de 2006 estimam que o Brasil possui pelo menos 60 milhões de hectares de pastagens com baixa taxa de lotação de bovinos (menos que 0,4 unidade animal por hectare). “Se utilizadas em consórcio com grãos, essas áreas poderiam gerar um excedente de mais de 2,4 milhões de cabeças de bovinos e um adicional de 120 milhões de toneladas”, acrescentou.

A solução, conforme a engenheira, estaria na melhoria das políticas públicas. “Somos a favor da tecnificação dos pequenos produtores, políticas de preços agrícolas, incluindo insumos, política de estoques reguladores, infraestrutura de escoamento e armazenamento dos produtos agrícolas, e não às restrições ambientais colocadas pelo Código Florestal Brasileiro”, disse.

Governo busca acordo para votação

Na última quarta-feira, o governo iniciou um diálogo com a bancada ruralista para tentar chegar a um acordo de procedimentos para votar o Código Florestal. De acordo com a Agência Estado, a presidente Dilma Rousseff teria orientado Eduardo Braga (PMDB-AM) e Arlindo Chinaglia (PT-SP) a dizer à bancada ruralista que vai reeditar o decreto que suspende multas a proprietários rurais que desmataram ilegalmente e que vencerá no dia 11 de abril. “Se houver necessidade de prorrogar para facilitar o processo de diálogo, negociação e entendimento — e eu reitero a nossa posição de não ter anistia para desmatador e que assegure a segurança jurídica do produtor rural — obviamente, o governo terá sensibilidade”, comunicou a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, logo depois de se encontrar com a presidente, no Palácio do Planalto.

CNA — Para a presidente da CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil), senadora Kátia Abreu, a nova lei não contém nenhum artigo que preveja o aumento do desmatamento. Sobre a anistia, esclarece que os produtores que quiserem ficar livres de suas multas serão obrigados a recuperar as áreas desmatadas. A senadora destaca ainda a importância do novo código para o aumento da produção de alimentos de forma sustentável. **(PR)**